

FRAUDES NO INSS

Na CPMI, depoente é avisado da prisão do pai

Relator da comissão anuncia a advogado Eric Douglas Martins Fidelis, durante oitiva, que ex-diretor de benefícios da autarquia André Fidelis tinha sido detido pela PF

» DANANDRA ROCHA

Durante depoimento na CPMI do INSS, o advogado Eric Douglas Martins Fidelis, filho do ex-diretor de Benefícios do instituto André Fidelis, foi avisado pelo relator do colegiado, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), que o pai tinha sido preso pela Polícia Federal.

Gaspar informou que o ex-dirigente havia enviado à CPMI um atestado médico alegando internação para justificar sua ausência na oitiva, mas que, nas primeiras horas do dia, foi preso pela PF.

“O André Fidelis mandou um atestado dizendo que estava internado, fugindo desta CPMI. Se tivesse vindo prestar esclarecimentos, talvez não estivesse preso. Mas hoje ele foi preso. E isso, senhor Eric Fidelis, significa que a jornada de cadeia vai ser longa”, declarou o deputado.

O relator apelou ao depoente que colaborasse com as investigações, afirmando que o pai está preso “por atos que passam diretamente pelo filho”. “Não é justo um pai ser preso pelas ações do filho. O senhor tem agora a chance de salvar o seu pai e esclarecer os fatos diante do Brasil”, afirmou Gaspar. Ele também mencionou que o advogado recebeu auxílio emergencial durante a pandemia.

Apesar disso, o depoente se recusou a responder às perguntas, amparado por habeas corpus e seguindo orientação da defesa.

De acordo com as investigações, o escritório de advocacia de Eric Fidelis manteve relações diretas com entidades ligadas ao INSS e recebeu cerca de R\$ 5,1 milhões



O André Fidelis mandou um atestado dizendo que estava internado, fugindo desta CPMI. Se tivesse vindo prestar esclarecimentos, talvez não estivesse preso. Mas hoje ele foi preso. E isso, senhor Eric Fidelis, significa que a jornada de cadeia vai ser longa”

Alfredo Gaspar (União-AL), relator da CPMI

de intermediários do esquema suspeito de lesar aposentados e pensionistas. Entre 2023 e 2024, o advogado ainda movimentou valores superiores a R\$ 10,4 milhões, montante considerado incompatível com a atividade advocatícia comum.

A discrepância chamou a atenção dos parlamentares. No requerimento que pediu a convocação de Fidelis, o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) destacou que os números levantam “sérias dúvidas sobre a origem dos recursos” e reforçam a necessidade de uma apuração rigorosa.

Celebração

Na operação da PF, além de André Fidelis, foram presas outras oito pessoas, entre as quais o ex-presidente do INSS Alessandro Stefanutto. O presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG), afirmou que a prisão do ex-dirigente e de outros investigados pelas fraudes representa a captura do

“núcleo principal dos desvios” que atingiram a Previdência.

“A operação colocou na cadeia o núcleo central da quadrilha que tomou de assalto as aposentadorias brasileiras. Aqueles que vieram à CPMI amparados por habeas corpus agora terão de falar a verdade presos”, declarou Viana.

O senador destacou que a CPMI tem colaborado diretamente com as autoridades policiais e rebateu críticas de que a comissão não traria resultados. “Diziam que a CPMI seria só mais um teatro. Hoje, promovamos o contrário. Nenhuma comissão na história prendeu tantas pessoas ou trouxe tantas respostas ao povo brasileiro”, afirmou.

Durante a entrevista, Viana detalhou a estrutura do esquema, dividido em três escalões: operadores e “laranjas” que movimentaram o dinheiro desviado; servidores públicos corrompidos, que mantiveram as fraudes ao longo de diferentes gestões; e um primeiro escalão político, responsável por indicações e sustentação do esquema dentro do INSS.

Segundo o parlamentar, esse grupo mais alto passará a ser o foco das próximas etapas da investigação: “Ainda há muita sujeira para limpar. Mas a Previdência vai sair fortalecida, e os culpados, presos. Nós vamos até o fim”, garantiu.

Ele também confirmou que há parlamentares citados nas apurações e que poderão ser convocados pela CPMI. Disse, contudo, que nomes não serão divulgados neste momento, em respeito ao sigilo judicial.

O senador destacou, ainda, que mantém diálogo com o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator do caso. Viana afirmou que recursos desviados em espécie foram localizados e que parte do dinheiro pode estar guardada em paraísos fiscais.

“O dinheiro que foi sacado está guardado em algum lugar. Parte foi enviada ao exterior, e a outra parte ainda está escondida no Brasil. A PF está acompanhando”, completou.

Gaspar também celebrou as prisões e disse que a ação da PF representa o “início do fim da impunidade”. “Muitos chegaram à CPMI posando de honestos e, agora, estão atrás das grades”, frisou. Para ele, as ações da PF são resultado direto das pressões e dos requerimentos apresentados pelo colegiado.

Ele ressaltou que a comissão vem insistindo em medidas como bloqueio de bens, responsabilização criminal e rastreamento do dinheiro desviado do INSS. Ele sustentou que os avanços recentes são fruto de uma cooperação firme entre o Congresso, a Polícia Federal e o STF.

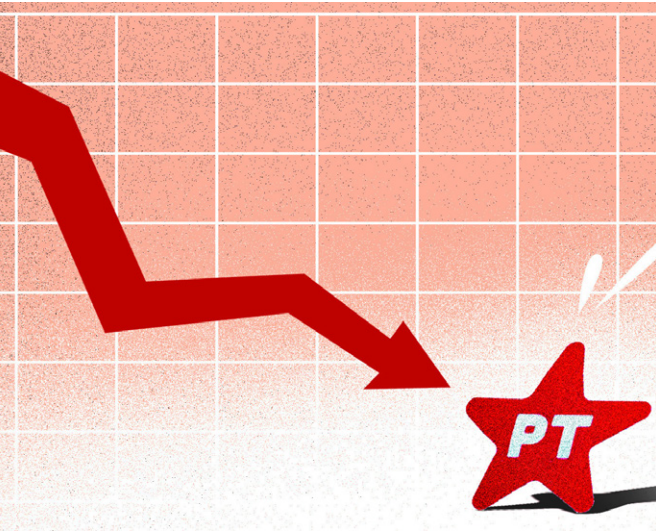
NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

maurenilson



Oposição pauta agenda negativa na Câmara para impedir reeleição de Lula

A oposição conseguiu abalar a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva mais uma vez, com uma agenda negativa focada nas bandeiras da ética e da ordem. O resultado está explícito nas intenções de voto dos brasileiros: em todos os cenários para a corrida eleitoral de 2026, a vantagem de Lula sobre os adversários voltou a diminuir, e a rejeição aumentou, conforme levantamento da Genial/Quaest divulgado nesta quinta-feira. Fazem parte dessa agenda, entre outros temas, a questão da segurança pública e o escândalo do INSS.

A crise com os Estados Unidos, depois do encontro da Malásia, entre Lula e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, desescalou, mas isso não tem impacto no cotidiano da população. O êxito da realização da COP30 em Belém, no Pará, sem embargo das eventuais críticas à organização do evento, também não teve grande repercussão na avaliação do governo por parte dos que não vivem na Amazônia.

Em contrapartida, a oposição já se mobiliza para derrubar os 63 vetos de Lula à nova Lei de Licenciamento Ambiental, logo após a conferência, na linha do quanto pior, melhor. Além de inviabilizar a realização das metas ambientais estabelecidas a partir do Acordo de Paris, a eventual derrubada dos vetos será uma desmoralização internacional para o país, que presidirá a COP até a próxima conferência, prevista para 2026. Austrália e Turquia disputam a sede do evento.

A agenda negativa da oposição ganhou alta combustão pública, com temas como segurança, ética e corrupção, e fator estrutural que afeta diretamente o humor do eleitor: a economia. O escândalo envolvendo desvios bilionários no INSS e a explosão de operações policiais nos estados reforçam a sensação de descontrole, enquanto governadores como Cláudio Castro e Tarcísio de Freitas vocalizam um discurso de “ordem” que contrasta com a narrativa federal. A consequência é visível: a rejeição de Lula subiu de 51% para 53%, e sua vantagem sobre quase todos os adversários testados diminuiu de maneira consistente.

A inflexão no cenário eleitoral, porém, está principalmente na economia do dia a dia, em que deficit fiscal e juros elevados se tornaram munição diária da oposição e fonte permanente de desgaste para o governo. Embora o IPCA esteja sob controle técnico, a inflação percebida — alimentos, mensalidades, combustíveis, serviços — encarece a vida e gera frustração. É essa inflação real, sentida no supermercado e no transporte, que reduz o apoio difuso ao governo por parte da população.

Peso do cotidiano

Ao mesmo tempo, o deficit fiscal tornou-se um símbolo político. A mudança da meta, a dificuldade de conter despesas obrigatórias e a hesitação em comunicar uma âncora sólida fragilizaram a credibilidade fiscal junto aos agentes econômicos, que operam na direção de uma candidatura de oposição competitiva, comprometida com um duro ajuste fiscal e um programa de privatizações e extinção de órgãos públicos. A oposição, de forma monocórdica, associa gastos sociais à inflação e à falta de investimentos privados.

O resultado é a consolidação da narrativa de que Lula “não controla as contas”, mesmo quando parte do desequilíbrio decorre de pressões judiciais. Esse discurso tem ainda mais credibilidade porque o atual presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, indicado pelo presidente Lula, faz o seu dever de casa monetarista e mantém os juros altos.

A agenda negativa se completa com a taxa de juros. Apesar de a oposição defender a autonomia do Banco Central, o desgaste político da Selic — crédito caro, endividamento recorde e retração do consumo — recai sobre o Planalto. O eleitor médio não distingue nuances: vê o preço do carro subir, a fatura do cartão de crédito explodir, e conclui que a economia não anda. Assim, a oposição transfere para o governo a responsabilidade pelo custo do dinheiro, reforçando a sensação de paralisia.

Ontem, a Genial/Quaest mostrou nova queda da aprovação de Lula nas pesquisas. Ele segue competitivo e venceria todos os cenários de segundo turno, mas sua vantagem é menor: apenas três pontos sobre Jair Bolsonaro, por exemplo, e recuos expressivos diante de Tarcísio, Ciro e Ratinho Jr. Ainda mais revelador é o movimento da opinião pública: 59% não querem que Lula seja candidato à reeleição, enquanto um quarto dos eleitores passou a defender um nome fora da bipolaridade Lula-Bolsonaro.

Esse desgaste favorece governadores que exploram a segurança pública como capital eleitoral. A megaoperação no Rio de Janeiro produziu dividendos imediatos para Cláudio Castro (PL), cuja popularidade cresceu nacionalmente por contraste com a imagem de hesitação atribuída ao governo federal. Trata-se da mesma lógica observada nas Filipinas, sob Duterte, ou em El Salvador, sob Bukele: operações de alto impacto geram ganhos rápidos de aprovação, mesmo quando sua eficácia estrutural é duvidosa e seus custos institucionais são elevados.

O risco para o governo é que esse ciclo — economia travada, operações espetaculosas dos governadores de oposição, escândalo do INSS, derrotas legislativas — engrosse a narrativa da estagnação do país. O governo, para recuperar terreno, precisa de resultados concretos: inflação menor, recomposição de renda, juros mais baixos e menos violência. O cotidiano definirá a eleição de 2026.

Saulo Cruz/Agência Senado



Apesar da pressão na sessão, Eric Fidelis se recusou a responder às perguntas, amparado por habeas corpus e seguindo orientação da defesa

Elogios ao ministro André Mendonça

O presidente da CPMI do INSS, senador Carlos Viana (Podemos-MG), elogiou a atuação do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), por ter decretado as prisões preventivas do empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS; do ex-presidente do instituto Alessandro Stefanutto; do ex-ministro da Previdência Ahmed Mohamad Oliveira; e de outros investigados por fraudes.

Para Viana, a segunda fase da Operação Sem Desconto só foi possível porque Mendonça teve um “papel decisivo” que assegurou a atuação independente da Polícia Federal (PF) e da Controladoria-Geral da União (CGU).

“Existem núcleos dentro do próprio STF que não se dobram à pressão dos superiores. Foi essa

pequena faixa de autonomia, construída no limite, que permitiu que a verdade viesse à tona nesta operação”, disse. “Esta CPMI viu com seus próprios olhos o delegado da Polícia Federal que só aceitou falar aqui depois que o superior dele, sentado na primeira fileira, deixou a sala. Quando a pressão saiu, a verdade entrou.”

Viana classificou Mendonça como “íntegro e temente a Deus” e reiterou sua esperança de que serão feitas mais revelações sobre o “rombo” no INSS. “O país compreendeu que essa injustiça não é normal e não será tolerada. Durante muito tempo, esses criminosos caminharam como sombras no meio de nós, usando a escuridão como proteção, e a arrogância nesta CPMI para se dizerem inocentes e perseguidos politicamente”, frisou.

Padrinhos

Em entrevista coletiva depois da audiência de ontem, Viana ressaltou que a prioridade da CPMI será descobrir quais pessoas foram responsáveis por manter os servidores em cargos-chave do INSS para que o esquema de fraudes continuasse.

“É natural que em todo governo se façam trocas de nomes, mas eles conseguiram permanecer desde o governo Temer até o governo Lula. Isso não seria possível sem uma ajuda política. (...) Agora, é nós buscarmos esclarecer quem são esses padrinhos”, destacou.

Ele adiantou que a CPMI entra numa segunda fase, que será marcada pela convocação dos representantes dos bancos supostamente envolvidos em esquema de fraudes. Conforme sublinhou, as

instituições são investigadas por cobrança de juros abusivos a aposentados e pensionistas, venda casada de seguros e obrigatoriedade de aprovação de descontos a associações e sindicatos.

Também o relator da CPMI, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), cumprimentou a atuação de André Mendonça. Ele disse que a comissão traz fatos novos para “tirar o lixo de baixo do tapete” sem permitir blindagem de nenhuma tendência ideológica.

“A CPMI, para aqueles que diziam que não ia dar em nada, está servindo de substrato para várias ações das instituições de fiscalização. (...) A ação de hoje (ontem) é o complemento do que estamos fazendo aqui, toda vez denunciando impunidade, roubo, corrupção, pedindo que a justiça chegue.” (Com Agência Senado)